

Os “infelizes patrícios da selva”, a “massa anonyma” e o “pessoal civilizado”: O processo de implementação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais no Maranhão (1910-1918)

FERNANDA SANTA ROZA AYALA MARTINS¹

1. Introdução

Criado em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) inaugurou a política indigenista Republicana². No entanto, o serviço não contemplava somente esta parcela da população ocupante do “solo nacional”, mas se voltava também para o contingente de trabalhadores rurais, tratando de formá-lo e viabilizá-lo enquanto mão-de-obra capaz de se inserir nos padrões “racionais” e “modernos” de plantio, cultivo e mercado. Com sede no Rio de Janeiro, e implementado, por meio de Inspetorias Regionais, de modo a abarcar todos os Estados da federação, o serviço se dividia no trabalho de “incorporação dos índios à sociedade civilizada” por meio de sua fixação em postos e colônias agrícolas e na localização e estabelecimento do “trabalhador nacional” em centros agrícolas³. Ambas as políticas caminharam juntas, sob o domínio do mesmo serviço, até o ano de 1918, quando, por meio de uma reforma institucional, parte das atribuições desta instituição, correspondente ao Serviço de Localização do Trabalhador Nacional, é realocada no Serviço de Povoamento, também sob os auspícios do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC)⁴.

Muitos versaram sobre a história desta instituição, inclusive alguns de seus protagonistas como Rondon (1973), Horta Barboza (1923), Bandeira (1919), Brazil (1937), entre outros. No entanto, eram duas as visões a respeito dos povos indígenas as quais fundamentavam a Historiografia brasileira: a exclusão destes enquanto agentes históricos, limitando-os ao domínio da antropologia, e a noção de que a população

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

² Criado pelo decreto n. 8.072, de 20 de julho de 1910 e inaugurado em 7 de setembro de 1910.

³ Com relação aos índios, partia-se de núcleos de atração de índios “hostis e arredios”, passava-se a povoações destinadas a índios já em caminho de hábitos mais sedentários e daí a centros agrícolas onde, já afeitos ao trabalho nos moldes rurais que se queria promover, se instalariam juntamente com os “trabalhadores nacionais”. Este método de incorporação estava calcado na doutrina positivista, a qual considerava os índios em estagio fetichista da evolução do espírito humano sendo eles susceptíveis de progredir caso lhes fossem proporcionados os instrumentos da sociedade ocidental.

⁴ Decreto n.3.454 de 6 de Janeiro de 1918.

indígena estaria em vias de desaparecimento (MONTEIRO, 2001). Deste modo, a história dos índios resumia-se às crônicas de sua extinção ou à exaltação do SPILTN enquanto via única para a sobrevivência dos grupos indígenas, calcada no binômio classificatório índios puros / índios misturados.⁵ Este quadro analítico muda a partir da década de 1970 por vertente da antropologia que busca unir as preocupações referentes a relação entre história e antropologia com as demandas de um emergente movimento indígena (MONTEIRO, 2001). É diante desse novo contexto de produção que, em 1987, o antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima propõe para história indigenista os seguintes critérios:

(...) Ruptura com a interpretação que a toma sempre como remetida ao seu "momento apogeu", à "sua idade de ouro", que torna critério de legitimidade ainda para o estado presente do campo indigenista, ao se reconhecer e ser reconhecido, como depositário e reprodutor de um capital de significações supostamente gerado pela posição "fraternal", responsável pela instituição SPILTN. (LIMA, 1987:28)

Tal perspectiva remete-nos ao fato de que política indigenista está conceitualmente relacionada a contextos históricos caracterizados pela existência de Estados-Nação e organismos burocráticos especializados neste trabalho. Assim, estabelecida em um âmbito de construção de nacionalidade, repousa sobre critérios de invenção de um povo e território nacionais.

Ao analisar de maneira detida toda a trajetória do órgão indigenista brasileiro, atentando principalmente para a questão indígena, Lima (1995) reconhece o significado determinante dos aparelhos do Estado nos processos de construção de uma Nação. No entanto, defende a necessidade de se analisar a política indigenista de maneira mais retida e busca averiguar as possibilidades de sua análise enquanto campo, entendendo que tal utilização representaria o primeiro passo na ruptura com a representação vigente acerca da história da política indigenista. Para o autor tais procedimentos possibilitariam:

1. A reconstituição histórica, de forma a situar e a integrar a política indigenista como parte da política mais geral de Estado, notadamente a política agrária, procurando analisar a posição dos agentes e agências em atuação nesse campo em relação (ou como parte) da classe dirigente.

⁵ Vale ressaltar alguns autores que buscaram romper com esta dualidade como Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira. Para esse último, a "etnologia das perdas" deixou de possuir um apelo descritivo ou interpretativo e a potencialidade da área, do ponto de vista teórico, passou a ser a problemática das emergências étnicas e da reconstrução cultural. (OLIVEIRA FILHO, 1999)

Diante desta formulação, pretendo partir de uma concepção de Estado que o compreende enquanto construção histórica resultante de conflitos e disputas, os quais se configuram sob a forma de arranjos entre as classes e frações de classes, considerado o processo de instauração do SPILTIN como locus e produto dessas disputas. Nesse sentido, a proposta deste trabalho tem como base a necessidade da análise da política indigenista como parte de um conjunto histórico-social amplo de modo a incorporar e articulá-la à política agrária vigente. Assim, com o objetivo de compreender as disputas, os diferentes projetos e interesses que configuraram as práticas do SPILTIN no Maranhão, abordarei o discurso oficial produzido pelas relações que integraram o processo de instalação do serviço nesta região. Dentre o conjunto de fontes utilizadas estão os relatórios anuais do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio (MAIC), relatórios e telegramas produzidos pelo Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional e relatórios e telegramas produzidos pelo Governo do Maranhão. Também utilizo publicações do periódico maranhense “A pacotilha”. Este último, de grande circulação local, apresentava discurso favorável ao SPILTIN publicando, inclusive, telegramas oficiais.

2. Projetos, disputas e classes dominantes agrárias

A categoria utilizada por Sônia Mendonça, “Ruralismo brasileiro”, representa uma chave de compreensão da questão agrária na Primeira República, das relações entre organizações representativas das diversas frações da classe proprietária e as agências estatais e dos conflitos intra-classe dominante no período (MENDONÇA, 1997). Fundamentadas na ideologia da “vocação agrícola”, as propostas de diversifica o agrícola e prioridade para a produ o direcionada ao mercado interno, foram fundamentais na organiza o de fra es não-hegemônicas da classe dominante na primeira metade do século XX. Tais fra es de classe elaboraram um discurso próprio sobre a agricultura e buscavam difundi-lo por meio de organiza es, as quais funcionavam de maneira a pressionar o aparelho estatal com o objetivo de se tornarem hegemônicas.

Uma dessas organizações, analisada por Mendonça (1997), é a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), órgão de representação das frações não-hegemônicas da classe dominante agrária. Em 1902 a SNA, por meio de seu presidente honorário, o usineiro e deputado maranhense Christino Cruz⁶, apresentou a câmara dos deputados o projeto de criação de um ministério. Em 1909 concretiza-se a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), o qual funcionaria como veículo para aplicação e difusão das propostas da SNA para o campo (MENDONÇA, 1997). Dentre as propostas de atuação ministerial estava o fornecimento e controle da mão de obra para o campo a partir do Estado sendo, para isso, legitimado um conjunto de práticas que impediam o acesso a terra e o desenvolvimento de atividades produtivas fora do circuito mercantil. Segundo Mendonça:

(...) afirmava-se como fundamento de um discurso jurídicista e institucionalizante, destinado a dar substrato a nação, mediante a incorporação de todos os elementos tidos como marginais a ela. Nessas circunstâncias, as práticas oficiais definidas como de qualificação de trabalhadores revelariam seu cunho autoritário e repressivo, materializando-se em iniciativas, arrematadoras e imobilizadoras da mão de obra rural, capazes de, simultaneamente, impedirem o progresso dos males do urbanismo – sobretudo o êxodo rural- e controlarem sua distribuição espacial, satisfazendo aos interesses dos grupos agrários distintos. (MENDONÇA, 1997:116)

O discurso oficial é marcado pela necessidade de se forjar um modelo de trabalhador rural, a partir de um modelo de produção rural e de educação, voltado para a constituição de um “trabalhador nacional”. Tal denominação genérica incorporava os mais diversos contingentes populacionais, além de imprimir ao indígena uma condição transitória, de modo que caberia ao Estado conduzir essa grande “massa dispersa” à “vida civilizada” (MAIC, 1911). Nota-se que o ideário republicano de um país positivo e civilizado, rumo ao progresso, harmonizava-se com os interesses da classe dominante agrária em manter a disciplina e o controle do trabalho e dos trabalhadores. Tratava-se, então, de um projeto disciplinar que instituía a figura do cidadão e do nacional agregadas à ideologia do trabalho livre, o qual teve como pressupostos os dogmas liberais que o qualificavam como uma forma superior de trabalho, com caráter edificante de novas formas de comportamentos e atitudes. A valorização da disciplina,

⁶ Christino Cruz, influente político maranhense, engenheiro agrônomo e foi considerado o “pai da agronomia” no Estado. Membro da SNA detinha importante usina de açúcar na região. Foi homenageado no ato de inauguração da inspetoria agrícola do maranhão, instância do MAIC, tida como importante iniciativa para a recuperação da economia agrária local.

da moralidade, da vida regrada, e organização são aspectos da vida cotidiana que deveriam ser reestruturados para o trabalho livre (RIOS,2007).

Antonio Carlos de Souza Lima observa que o campo indigenista dividia-se em duas grandes posições. A posição representada pelo exército defendia uma forma unitária de Estado, de maneira que, fortemente influenciado pela doutrinação da academia militar, um grupo de oficiais estava convencido da superioridade de recursos autoritários para promover o avanço científico do Estado Nacional. Essas idéias tinham como solo comum o positivismo, o qual viria a servir de matriz ideológica para legitimação e imposição de determinados interesses, se fazendo bastante presente nos discursos do SPILT. Uma outra posição, sustentada pela fração de classe dominante paulista, tinha como pressuposto a doutrina liberal. Esta, pouco a pouco, foi perdendo força e, fundamentados em princípios nacionalistas, passaram a pensar o Estado como ator capaz de liderar o processo.

Deste modo, o debate em torno da melhor política a se adotar para a questão indígena se fazia notório na sociedade ganhando fôlego na imprensa, em congressos e nos discursos políticos⁷. Estes veiculavam as perspectivas tanto dos defensores efusivos da política de extermínio indígena, como a proposta de pacificação por meio da catequese e, ainda, o projeto vencedor, a “pacificação” e incorporação leiga dos indígenas na sociedade que se queria promover. A formulação da nova política indigenista coube principalmente aos positivistas, do Apostulado Positivista do Brasil, que baseados no evolucionismo positivista de Comte, difundiam a certeza de que, uma vez libertas de pressões externas e amparadas pelo governo, os diversos grupos indígenas passariam pelos “estágios evolutivos”, os quais julgavam necessários à civilização, de maneira espontânea. Segundo Darcy Ribeiro:

A feição prática da nova política indigenista se assentou na experiência pessoal de Rondon, acumulada em vinte anos de atividades nos sertões de Mato Grosso. Positivista militante, tendo orientado toda a sua vida de acordo com os postulados de Augusto Comte, escolhendo para atuar, o setor onde poderia mais eficazmente imprimir à tropa sob seu comando uma feição construtiva e pacífica, tal como Comte propugnara para o advento do Estado positivo quando os remanescentes dos antigos exércitos seriam utilizados em funções de policiamento e nas grandes obras civis.(RIBEIRO, 1977:135)

⁷ Segundo Ribeiro (1999) o movimento que levaria à criação de um órgão oficial incumbido de tratar do problema indígena começa por campanhas da imprensa que, a princípio veiculavam descrições de chacinas e apelos por providencia do governo.

Marechal Rondon não só havia se integrado à filosofia Comteana como também circulava dentre os defensores da ideologia da “vocação agrícola”, tornando-se um dos sócios da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Assim, para atender a suposta necessidade de “empreender a regeneração agrícola” do país por intermédio da extensão da ciência e do ensino ao campo (MENDONÇA, 1997:139), de modo a mediar os conflitos entre índios, colonos e fazendeiros e a fixar trabalhadores rurais, em vinte de junho de 1910, cria-se o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), uma nova pasta do MAIC. Seu regulamento é aprovado somente em Dezembro de 1911 e estabelece as seguintes finalidades:

a) prestar assistência aos índios no Brazil, quer vivam aldeados, reunidos em tribus, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados; b) estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananceais ou cursos de água e meios fáceis e regulares de comunicação, Centros Agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionaes que satisfaçam as exigências do presente regulamento. (Art.1 do Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais)

O padrão de relação entre a SNA e o MAIC, cujo escalão de titulares foi integrado por detentores de elevados cargos naquela agremiação, parece ser reforçado com o SPIILTN. Sob a direção de Marechal Cândido Rondon⁸, o serviço contava com um quadro composto por militares⁹ e engenheiros agrônomos corroborando a tendência do predomínio das profissões de caráter técnico. Inspiravam-se em célebre texto escrito por José Bonifácio¹⁰ em 1823, no qual os índios deveriam ser integrados à nação através do ensinamento, exemplo e persuasão, nunca por violência, mas sim por métodos brandos.

Pode-se afirmar que as ações do SPIILTN visavam dois contingentes populacionais, muitas vezes não tão diversos, as populações indígenas e o chamado “trabalhador nacional”, o que implicava em estratégias diferentes, para atingir as mesmas finalidades. Por meio de práticas representadas como de qualificação ou

⁸Marechal Rondon era Engenheiro Militar e sócio da SNA. Promoveu políticas de integração por meio da construção de linhas de comunicação e foi o preconizador de uma política estatal laica e republicana voltada para as populações indígenas ao assumir a direção do SPIILTN. Tomado pelos ideais positivistas defendia a pacificação dos índios e sua total incorporação na sociedade “civilizada” em nome da “integração e do progresso da nação”.

⁹Segundo Lima, o oficial militar era tido como estrategista para a “edificação da nacionalidade”. Segundo a ideologia positivista, o agente privilegiado para realizar a dupla tarefa concernente à delimitação das fronteiras empíricas e simbólicas da nação era o soldado-cidadão. (LIMA, 1995)

¹⁰José Bonifácio também está dentre o quadro dos sócios da SNA.

inserção à vida “civilizada”, imprimia-se iniciativas que impediam a migração para as cidades ou regiões agrícolas mais dinâmicas e neutralizavam os conflitos locais, favorecendo assim determinadas dinâmicas locais de acesso à terra e à mão de obra. Em relatório anual a diretoria do SPILTIN afirma que, ao mesmo passo em que o governo “protege, ampara e salva o índio brasileiro, promove e assegura os meios indispensáveis à conquista do interior do país até agora vedados aos nacionais e estrangeiros” (RELATÓRIO SPI, 1916). Portanto, ficava facultado à política administrativa oferecer as condições de ocupações dessas áreas por aqueles que viam nas populações indígenas “inimigos temerosos”. Ademais, contraditoriamente, a instituição se apresentava enquanto bastião da possibilidade de sobrevivência dos grupos indígenas, ao mesmo tempo em que propunha a sua total incorporação à categoria “trabalhador nacional”, a qual, necessariamente excluía a condição de indígena.

No que tange o “trabalhador nacional”, o discurso promovido pelo MAIC ao se referir ao SPILTIN também não escapa a defesa do Estado enquanto entidade a qual levaria, de forma tutelar e autoritária, à “grande massa rural” os meios para sua integração à sociedade que se queria construir:

Era justo que se procurasse reunir á população real do paiz essa grande massa anonyma, que se vai degradando pela miséria, fazendo-se com que ella, longe de ser uma ameaça contra a vida rural, pelos vícios que fatalmente hão de assoita-la, seja um elemento útil ao paiz e á lavoura. Um dos meios mais eficazes será atrair esses infelizes ao trabalho, dando-lhes a esperança de se poderem constituir em pequenos proprietários, dando-lhes abrigo, ensinando-lhes o manejo das maquinas agrícolas, provendo-lhes de recursos para a primeira instalação e de escola primaria e aprendizado agrícola para seus filhos e ainda sim não teremos feito inovações em nosso regime de fixação do trabalhador porque são esses os favores que conferimos ao trabalhador estrangeiro. (RELATÓRIO MAIC, 1911)

Deste modo, dispersos em uma multidão, os individuos padeciam dos males da desordem, a massa aparece, então, como sinônimo de disformidade a ser formada. O Estado assumiria uma postura diretiva como instrumento de transição cívica difundindo um padrão de racionalidade mercantil, mão de obra e de produtividade, conforme formulado pelo projeto promovido pela SNA.

3. O caso do Maranhão

No tocante ao Maranhão, o período de implementação das políticas do SPILTIN teve como governadores Benedito Leite (1906-1910), Luís Domingues da Silva (1910-1914), seguido de Afonso Gifwning de Matos (1914), Herculano Nina Parga (1914-

1917), Antônio Brício de Araújo (1917) e Urbano Santos (1918/1922). A partir dos relatórios dos mesmos, observa-se uma forte articulação para o funcionamento das propostas do órgão por parte dos governadores Luís Domingues da Silva e Herculano Nina Parga. Ambos assumem o cargo dentro de uma fórmula de pacificação promovida por Urbano Santos – então chefe da oposição e futuramente Vice-presidente da República no governo de Wenceslau Braz e Ministro de Estado para Negócios do Interior e Justiça no governo de Rodrigues Alves e Delfim Moreira (MEIRELES, 1960). Luís Domingues, tendo como um de seus substitutos eleitos o já citado Christino Cruz, expunha como objetivo principal de governo o equilíbrio das contas do Estado com o aumento da receita, fator que definitivamente o influenciou em sua ação pelo apoio à instalação do SPILTN na região, bem como à criação de Centros Agrícolas e Postos Indígenas no Estado¹¹.

Palco de processos históricos que remontam o período colonial, caracterizados pelas disputas por terra, mão de obra e poder político, protagonistas de relações interétnicas conflituosas, como a tão importante Rebelião do Alto Alegre (1901)¹², as quais resultavam em inúmeros processos de etnogênese e etnocídio, o Estado do Maranhão abrigava diversos grupos indígenas, com diferentes chefes, de diferentes etnias que interagiam entre si e com diversos setores da sociedade local de modo a se aproximar ou se afastar em uma lógica de políticas de aliança e inimizade, desencadeando um quadro complexo de relações políticas e sociais. Essa mesma região também protagonizou a formação de inúmeros quilombos que cederam e resistiram às tropas provinciais, formando um campesinato negro que interagiu de forma conflitiva ou amistosa com os diferentes grupos indígenas, colonos, fazendeiros e camponeses.¹³ Mediante tal cenário, a instalação de um órgão estatal que se ocuparia em estabelecer mediação entre os conflitos situados em contextos majoritariamente dominados por frações políticas caudatárias do chamado “coronelismo”, evidencia a dimensão estratégica de incorporação de populações etnicamente diferenciadas em um Estado-

¹¹De acordo com os relatórios anuais do governo do Maranhão, 1910-1914.

¹² Em 1901, padres franciscanos e freiras que dirigiam uma missão de catequese dos índios Guajajara, em Alto Alegre, Município de Barra do Corda, Maranhão, foram mortos por índios revoltados com a separação de pais e filhos, moças e rapazes. A represália imediata revestiu-se de requintes de crueldade da parte da população local e índios Canelas, para isto aliciados (RIBEIRO, 1977).

¹³ Gomes (2002) expõe uma série de conflitos entre indígenas e quilombolas na região do Turiaçu-Gurupi no séc. XIX.

nação, além de proporcionar ao Estado o poder de atuar sobre domínios cada vez mais amplos da agricultura e das relações sociais no campo, como resultado de pressões de grupos locais cujas demandas estavam em consonância com a pauta do Ministério da Agricultura e Comércio.

A região ocuparia a 1ª Inspeção Regional do SPILTIN junto com o Pará até o ano de 1911, quando passou a ocupar a 3ª Inspeção Regional, e tinha como diretor o engenheiro Pedro Ribeiro Dantas, quem também era o auxiliar direto de Rondon. Sua inauguração, realizada no dia 15 de março de 1911, contou com a presença de Frederico Figueira¹⁴, político local que vai se empenhar em promover, por meio de artigos de jornal, uma campanha consistente de apoio e apelo à adesão à política do SPILTIN, considerando-o importante incentivo ao aproveitamento da mão de obra indígena (GOMES, 2002).

É o inspetor Pedro Dantas, auxiliado pelo engenheiro agrônomo do SPILTIN, Américo de Pinho Leonardo Pereira, quem articula a instalação de um Centro Agrícola junto ao governador Luís Domingues da Silva. O Centro Agrícola de Alcântara, criado por decreto em 30 de agosto de 1911, tão logo se revela nos discursos oficiais atrelado à construção do Canal de Gerijó, o qual seria de fundamental importância para o melhoramento do transporte na região e, conseqüentemente, para o escoamento e circulação da produção. Este estabeleceria através do município de Alcântara uma ligação, sem a temerosa travessia de Itacolomy, entre as baías do Cuman e S. Marcos. Segundo o Governador:

A abertura do canal do Gerijó, a desobstrução dos rios e o melhoramento de seus portos são outras tantas soluções do problema do transporte. A abertura do canal de Gerijó é como a do Arappahy, de longos anos anceada pelo comércio e pela lavoura de extensíssima e ubérrima região do estado (...)
(MARANHÃO. Relatório do Presidente do Estado,, 1910)

A abertura do canal era, então, considerada inestimável vantagem para toda aquela zona agrícola. No entanto, com o porto de Tamatatuia, as obras do centro agrícola puderam desde logo ser atacadas, sem haver necessidade de as protelar até suficiente avanço das obras do canal. Tal iniciativa era considerada importante para a

¹⁴Frederico Figueira era advogado, fundador do Partido Republicano no Maranhão junto com Dunshee de Abranches, redator do jornal “O Norte” e colaborador do jornal “A Pacotilha”. Era político de Barra do Corda - local de inúmeros conflitos entre populações indígenas, trabalhadores rurais e fazendeiros locais - e no ato de inauguração do SPILTIN no Maranhão levantou vivas ao ministro Rodolfo Dantas, Rondon, Gonçalves Dias e José Bonifácio.

recuperação da agricultura local bem como para atração de mais divisas para a receita do Estado do Maranhão.

4. O Centro Agrícola de Alcântara: de “massa anonyma” a “trabalhadores nacionais”

Em Setembro de 1910, por meio de telegrama ao governador Luis Domingues, Rodolpho Miranda, ministro da agricultura, avisa que recomendara ao diretor geral do Serviço de Proteção aos índios e Localização dos Trabalhadores nacionais a instalação do primeiro centro agrícola no estado, tendo em vista a cessão da área necessária da terra cultivável, nas condições do art.26 do regulamento feito à União.

O governador Luis Domingues após realizar excursão para percorrer o trecho em que seria aberto o canal de Gerijó, levou ao local o Agrônomo do MAIC, Leonardo Pereira, que foi incumbido de escolher o melhor sitio para a fundação do centro. O local escolhido era Carmo, terras do município de Alcântara e, tão logo, o governador disponibilizou trezentos contos de réis para a construção do canal e vinte mil hectares de terras férteis para a fundação de centro agrícola. Nota-se que a instalação de um centro agrícola e as melhorias no sistema de transporte, aliados a redução dos impostos, eram apresentados como passos importantes para a solução do problema de receita que vinha sendo denunciado pelos governadores do Maranhão.

Segundo relatório do MAIC, em 1914, nos Centros Agrícolas dos Estados do Maranhão, Piauí, Sergipe e Bahia, achavam-se localizados em caráter provisório e, ainda sem os respectivos títulos de posse, 600 famílias, sendo estas constituídas nos dois primeiros, por antigos ocupantes das respectivas terras, cujos lotes seriam oportunamente discriminados. Em todos esses núcleos teriam sido construídos edifícios destinados a administração, escola, diversas casas de tipo definitivo para os colonos e iniciados os trabalhos dos campos de experiência e demonstração.

Segundo análise realizada por Gomes (2003), na região do Rio Turiaçu, esta mesma da instalação do centro agrícola, estabeleceu-se um campesinato negro advindo de projetos quilombolas executados ao longo dos séculos XVII a XIX. Segundo o autor, a região de grande importância econômica posto guardar potencial aurífero e boas terras para cultivo, teve as fronteiras estabelecidas pelas disputas entre quilombolas, grupos

indígenas, camponeses e colonos que, ao interagir, formavam complexo quadro de relações sociais.

Segundo o regulamento do SPILT, os Centros Agrícolas seriam constituídos de trabalhadores nacionais domiciliados no mesmo Estado. Estes poderiam adquirir os lotes oferecidos pelo serviço, “mediante pagamento imediato ou dentro do prazo de sete annos, a contar da data da sua installação no Centro, cabendo-lhes, conforme a hypothese, titulo definitivo ou provisorio da propriedade”. Os trabalhadores nacionais também deveriam satisfazer as seguintes condições:

a) não ter sido condenado por crime de qualquer natureza, nem ter sofrido prisão correccional por embriaguez contravenções; b) ser chefe de família ou solteiro com mais de 21 annos de idade e menos de 60; c) ser trabalhador agrícola; d) ter capacidade physica para trabalho. Paragrapho unico. Os chefes de familia serão sempre preferidos, desde que satisfaçam as condições das letras a, c e d. (REGULAMENTO DO SPILT)

Quanto àqueles que de fato se submetiam a tal iniciativa, o Jornal “A Pacotilha” publica em 1911, publica um telegrama endereçado ao Inspetor Pedro Dantas apontando para o caráter voluntário e impessoal que se queria imprimir a fixação do “trabalhador nacional” no centro agrícola:

(...) já começam a chegar à inspetoria diversos requerimentos de trabalhadores nacionais, pedindo sua admissão no Centro Agrícola, de acordo com as condições do regulamento. Taes requerimentos irão sendo arquivados por ordem cronológica, de sorte que, em igualdade de condições, serão preferidos os que primeiro tiverem sido apresentados. (A PACOTILHA, 20/09/1911)

A partir da análise deste telegrama percebe-se que o registro para admissão ao centro agrícola poderia ser percebido pelos regionais como uma forma de se obter acesso a terra garantindo-se no âmbito legal e galgando, assim, maior independência frente aos proprietários de terra locais. Em 1915, o Centro Agrícola de Alcântara, contava com mais de quinhentas famílias dedicando-se a pequenas culturas. O relatório do MAIC sugere a efetivação e funcionamento regular do centro em questão:

(...)os trabalhos alli executados no anno findo se limitaram a conservação em geral, bem como a construção e reparos da estrada e de cercas de arame para os pastos de animaes de serviço e ao preparo de lavouras no campo de experiências. (RELATÓRIO MAIC, 1916)

Em 1919, o Centro Agrícola de Alcântara passa para os auspícios do Serviço de Povoamento e há indícios de que este estava situado no Município de Santo Antônio e

Almas possuindo 30 lotes com área de 10 metros em quadro. No ano de 1922 este centro é transferido de localidade e se muda de Alcântara para o município de Pinheiro.

5. “A campanha da paz”: O SPILTN e o processo de territorialização dos grupos indígenas do Maranhão.

Termo cunhado pelo Inspetor Pedro Dantas, “a campanha da paz”, foi utilizado para representar os trabalhos do SPILTN no Maranhão:

Tal é a promissora situação em que se acham as relações entre a inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no Maranhão e os nossos mais desviados e inacessíveis protegidos naquelle Estado. A campanha de paz (passe o paradoxo), em que estamos empenhados, ainda está longe de se dizer ganha, é bem verdade, mas Ella vira infalível, por fim, e talvez mesmo mais depressa do que possa razoavelmente esperar. (A PACOTILHA, 31/09/1911)

Dentro da lógica de desenvolvimento, as populações indígenas da região eram representadas, tanto pelo discurso oficial quanto pela imprensa local, como um entrave ao expansionismo, tanto geográfico-econômico, além de ameaça constante a propriedade e a vida dos proprietários de terra, tendo em vista o estabelecimento de relações conflituosas. Tais relações, entre índios e população local, apontam para um cenário complexo de disputas antigas, movidas por vinganças e por novos encontros interétnicos, e para a prática corrente do extermínio de índios como solução de pendengas locais. Tais práticas também são declaradas no relatório do governador do Maranhão datado de 1914: “Apenas dois morticínios perpetrados no interior contra toda uma aldeia de índios mansos, no Grajahu, por vingança de um punhado de fazendeiros, e contra uns índios bravios no Tury-Assú, por igual instinto sanguinário”. A utilização das categorias “índios bravios” e “índios mansos” pelo discurso oficial tende a mascarar a complexidade de relações que envolviam os diferentes e numerosos grupos indígenas, os quais compunham o escopo de ação do SPILTN, e que também se relacionavam de acordo com interesses e lógicas próprias.

Sob a ótica da implementação de controle social pelo Estado e tratando de, assim como Lima (1987), inserir os estudos de política indigenista em um quadro mais amplo referente ao processo de instauração do Estado-Nação brasileiro, Sidnei Peres conclui que no processo de produção de terras indígenas nos estados de MG, ES, BA, SE, AL, PB e PE durante o período do SPILTN, “a indianidade era definida em intima conexão com as formas de objetivação do terceiro termo da relação triádica, a partir do

trabalho indigenista: as diferentes categorias de população não indígena – colonos, arrendatários e intrusos” (PERES, 1999:22).

Pode-se afirmar que no Maranhão não ocorreu de forma adversa. As etnias indígenas foram classificadas pelos quadros locais do SPILTN segundo as determinações do regulamento da instituição, ou seja, pelo grau de relacionamento com a sociedade brasileira. Assim, grupos com menor grau de contato, - os quais correspondiam à categoria “índios selvagens”, referendada no discurso de Frederico Figueira, ou “índios bravos”, conforme relatório do governador do Maranhão e telegramas de funcionários do SPILTN - eram representados como grupos “nômades” ou “hostis”. Já aqueles que tinham contato mais estrito eram categorizados como “aldeados”. Havia também aqueles já reunidos em Povoações Indígenas chamados de “pacíficos” ou “mansos”, além daqueles que se estabeleceriam em Centros Agrícolas, os quais já estariam totalmente incorporados à categoria de “trabalhador nacional”. Todavia, esse esquema classificatório reproduzia a noção de evolução positivista, cujo destino que se pretendia aos índios era sua total subsunção à população de trabalhadores rurais.

O relatório ministerial de 1915 além de indicar as categorias pelas quais eram classificadas as populações indígenas, também sugere informações a respeito dos postos indígenas estabelecidos no Maranhão naquele ano. Eram eles: o Posto indígena Jararaca, fundado em 1911, situado à margem maranhense do rio Gurupy, três quilômetros a montante do rio jararaca, afluente daquele. Funcionando como centro de atração à “tribu guerreira dos índios Urubus” e ponto de apoio “às aldeias dos Tembés e Timbyras¹⁵ que povoavam a outra margem daquele rio”. Nele se encontravam várias famílias indígenas que cultivavam regularmente os lotes de terrenos e se iam habituando ao manejo de pequenas máquinas agrícolas. A inspetoria, a vista desse resultado, encomendou outras máquinas, destinadas a instalação de uma pequena usina a vapor para beneficiamento dos produtos ali obtidos. Neste posto funcionava uma escola primária e o inspetor pretendia fazer aquisição, no decorrer deste ano, de instrumental

¹⁵Os Timbiras constituíam dois grupos: um que tinha suas aldeias no baixo Turiaçu, os Krejé, e que desde meados do século anterior haviam se deslocado para o Gurupi; o outro ficava a leste com aldeias no rio Grajaú e desde finais do século XIX vinham entrando em conflitos com sertanejos que passavam boiadas pela Estrada do Sertão, tendo, em 1890, atacado a colônia Januária, lugar agora do Posto Gonçalves Dias. PEREIRA, Marcio.

necessário para ensaiar a organização de uma banda de música, iniciativas previstas no regulamento do SPILTN.

No Alto-Tury existia outro posto, esse exclusivamente destinado a permitir o estabelecimento de relações com os índios Urubus, “não havendo na região índio pacífico a localizar”.E, por fim, o Posto indígena Gonçalves Dias que, fundado na lage do rio Alto-Pindaré, pouco abaixo da confluência do Carú, teve sua instalação próxima ao povoado de Santa Cruz que contava com algumas famílias de lavradores locais e ao seu lado uma aldeia Tenetehara¹⁶. Destinava-se a concentração dos índios Guajajaras, Tembés e Timbyras, e ao mesmo tempo a “atração” dos “índios guerreiros” da outra margem do Pindaré. Neste ano, 1914, contava com quarenta e quatro famílias e previa-se que mais duzentas se preparavam para mudança. O inspetor remetera para este posto uma serraria mecânica destinada a fornecer madeiras aparelhadas que seriam utilizadas em obras e cedidas ao centro agrícola em fundação no município de Alcântara¹⁷.

Diante de tais descrições, percebe-se a preocupação em se estabelecer nos Postos Indígenas uma infraestrutura que serviria tanto para melhor impor ao ambiente regional a instituição e seus quadros enquanto representantes oficiais do Estado, como para instituir padrões de produção e circulação de mercadorias nos grupos indígenas ali instalados.

João Pacheco de Oliveira (1999), ao analisar a situação dos índios do nordeste, conclui que a ação indigenista tinha de justificar para si mesmo e para os poderes estaduais que o objeto de sua atuação era efetivamente composto por “índios”, e não por meros “remanescentes”. Tal prática também se faz presente por meio das representações apresentadas nos documentos referentes ao Maranhão, onde, ocasionalmente, enfrentava-se interesses locais contrários a prática indigenista, o que gerava a necessidade de justificar a presença do Estado na região, além da permanente exaltação de seus feitos. Tal interpretação pode ser elucidativa para explicar tamanha atenção proferida pelos discursos oficiais às chamadas “tribus hostis”. O caráter heróico das ações dos funcionários do SPILTN era difundido tanto pela imprensa, como pelos próprios, por meio de relatos trocados via correspondências. São muitas as descrições

¹⁶ A denominação Tenetehara compreende os grupos Tembés e Tymbira. Os tembés receberam tal denominação ao migrarem para o norte do Estado.

¹⁷O primeiro encarregado deste posto foi Luiz Riedel quem, segundo Pereira (1993), era um homem educado, de orientação positivista e de origem alemã.

de conflitos, inclusive sobre as incursões do SPILTN, reportados em telegramas que circulavam entre os funcionários do órgão indigenista e as autoridades locais.

Os Urubu- Kaapor tinham suas aldeias no Gurupi, a oeste, e nas cabeceiras do Turiaçu, a norte. Representados como “tribu guerreira” podem ser considerados a maior preocupação do Inspetor Pedro Dantas, nos primeiros anos de SPILTN na região. Segundo Darcy Ribeiro, a eficiência dos ataques promovidos por estes grupos, movidos pelo saque, levou a população local a acreditar que os Kaapor eram dirigidos por criminosos evadidos dos presídios do Maranhão e por negros remanescentes de antigos quilombos. Além disso, também dizia-se que aventureiros atraídos pelas minas do Gurupi incitavam os índios aos saques e eram os maiores interessados em mantê-los aguerridos, para servir aos seus propósitos de traficância clandestina do ouro.¹⁸

A partir da análise dos documentos produzidos pelo SPILTN percebe-se as táticas de aproximação utilizadas pelos quadros da instituição com o objetivo de estabelecer relações com os grupos indígenas de modo a amenizar os conflitos na região. Chamado pelos funcionários de “pacificação”, o processo de aproximação dos grupos que estavam em conflito com a população local, formada por garimpeiros, madeireiros, seringueiros, trabalhadores rurais e trabalhadores da linha telegráfica, é marcado por incursões em territórios ocupados pelos grupos indígenas na tentativa de convencê-los a estabelecer proximidade com o pessoal do SPILTN, de modo a demonstrar, por meio de atitudes pacíficas e pelo oferecimento de objetos chamados “brindes” ou “presentes”, as intenções de “amizade”. Nota-se que integravam às turmas de “atração” índios, os quais eram representados como intérpretes. Tal categoria se faz importante para pensarmos este processo de interação como uma dinâmica bastante complexa que envolvia os mais diversos interesses, os quais se configuravam em alianças e inimizades construídas em permanentes rupturas e reencontros.

6. Conclusão

Fruto de pressões políticas de frações da classe dominante agrária local, a atuação do SPILTN se concentrava em administrar o trabalho no campo, de modo a

¹⁸Os Urubu-Kaapor, até 1928, detiveram em pé de guerra quase todo o vale do Gurupi, entre Pará e Maranhão, “pacificados” após dezoito anos de presença do SPI, por Benedito Jesus de Araujo. Os conflitos chegaram a tal ponto que por volta de 1920 as autoridades do Maranhão e do Pará decretaram o estado de sítio em toda a região. (RIBEIRO, 1993:179)

contemplar uma parcela da população ainda resistente aos modos de vida estabelecidos, seja no que tange o acesso a terra, o modo de produção ou o trabalho. Ao passo que cuidava de abrir fronteira para a expansão econômica local, administrando a distribuição da força de trabalho e gerindo os conflitos, buscando a minimização dos desequilíbrios e tensões políticas, promovia a ação do Estado no sentido de construção de uma sociedade de acordo com um modelo de relações mercantilizadas buscando garantir a manutenção do poder das classes dominantes agrárias locais.

No entanto, deve-se avaliar que o processo de interação entre SPILTIN e populações atingidas não ocorreu de forma homogênea. Os diferentes grupos indígenas, os quais tinham chefias específicas e muitas vezes antagônicas, atuavam de maneira a se aproximarem ou se afastarem dos acampamentos do SPILTIN de modo a estabelecer alianças para o enfrentamento que vinha ocorrendo contra os fazendeiros, demais população local, e contra grupos indígenas inimigos. Deste modo, a entrada do SPILTIN teve como consequência a modificação das dinâmicas de relações sociais locais ao conferir aos indígenas e à população rural outros meios de negociação perante os conflitos estabelecidos, em vistas de implementar as demandas das classes dominantes agrárias locais.

7. Referências Bibliográficas

BARBOSA, Luiz Bueno Horta. *Homenagem a José Bonifácio no 88º aniversário da Independência do Brasil: inauguração do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais*. In: BARBOSA, L. B. Horta. *Pelo índio e pela sua protecção oficial* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

BRASIL. SPILTIN. *Relatório da diretoria*, 1910-1918.

_____. *Regulamento*, 1911.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatórios anuais*, 1910-1918.

BOBBIO Norberto, & BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. . *Urbanización y Tribalismo: La Integración de los indios Terêna a una Sociedad de Classes*. Ciudad de México, DF: Instituto Indigenista Interamericano, 1972.

CARONE, Edgar. *A Republica Velha II Evolução política (1889-1930)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976..

CUNHA, Manuela Carneiro da. *A História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GOMES, Flavio dos Santos. *Experiências atlânticas. Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2003.

GOMES, Mércio Pereira. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. *Venturas e desventuras de uma política de cidadãos*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de história*. RJ: Casa da Palavra, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v.3: *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Caderno 13.

MARANHÃO. Presidente do Estado Maranhão. *Relatórios anuais, 1910-1914*

MEIRELES, Mario M. *História do Maranhão*. D.A.S.P., 1960.

MENDONÇA, Sônia R. de. *O Ruralismo brasileiro: 1888 – 1931*. São Paulo: Hucitec. 1997.

_____. *Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um Projeto contra-hegemônico na Primeira República*. In: MENDONÇA, SONIA; MOTTA, MÁRCIA. (Org.). *Nação e Poder: As Dimensões da História*. Niterói: EDUFF, 1998.

NIMUENDAJU, C. ;GUÉRIOS, R.F.M. *Cartas etno linguísticas*. Revista do Museu Paulista, São Paulo, Nova série II, 1948.

PERES, Sidinei. *Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67)*. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *Uma etnologia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1962.

_____. *Os índios e a civilização brasileira*. Petrópolis: Vozes. 1993.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando coronelismo, enxada e voto*. São Leopoldo: Caderno IHU idéias. UNISINOS, N.76. 2007

STAUFFER, David Hall. *Origem e fundação do serviço de proteção aos índios (1889 a 1910)*. São Paulo: Revista de história, v. 37, 1959.

6.1 Periódico

A Pacotilha: Hebdomadário Crítico e noticioso. Maranhão: 1910-1911